



Excelentíssimo Sr. Ministro das Relações Exteriores

Celso Amorim

Considerando a importância das negociações relacionadas à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e suas possíveis conseqüências para toda a nação brasileira, a Federação Estadual dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores de São Paulo – FEM-CUT/SP, promoveu em parceria com a organização internacional Transnationals Information Exchange – TIE, um Curso de Formação Contínua sobre ALCA.

Três dos sete seminários do curso contaram com a valiosa e honrosa colaboração de conceituados funcionários de Vosso Ministério, que brilhantemente contribuíram com o debate. Gostaríamos, portanto, registrar nossos sinceros agradecimentos.

Após meses debatendo ALCA com seus sindicatos e trabalhadores filiados a FEM-CUT/SP vem através desta manifestar suas preocupações, bem como remeter a este Ministério suas sugestões relacionadas ao tema.

Considerando os direitos democráticos, o direito à informação e a transparência que devem nortear a atividade pública, gostaríamos de solicitar que nos fossem enviadas todas as informações relacionadas às rodadas de negociações e/ou reuniões entre representantes de nosso e de outros governos.

Em que pese a já demonstrada responsabilidade e coerência deste Ministério frente as negociações da Alca, gostaríamos de afirmar que apoiaremos todas iniciativas que zelem e reforcem a Soberania de nosso País. Significa dizer que apoiaremos acordos que **não** comprometam o patrimônio histórico, cultural, econômico e humano do povo brasileiro, preservando a biodiversidade (recursos naturais, minerais, hídricos, flora, fauna, etc.), e a capacidade de desenvolvimento sustentável de nosso país, temas que exigem atenção redobrada por parte dos negociadores brasileiros.

Seguindo nossa tradição republicana e democrática e considerando que um tratado sobre ALCA poderá gerar mudanças substanciais na vida de todos compatriotas, defendemos que seja garantido ao povo brasileiro o direito de manifestar sua opinião em relação ao tema através da realização de um plebiscito nacional, que ocorreria antes da ratificação do tratado e seria condição *sine qua non* para a respectiva ratificação.

Sr. Ministro entendemos perfeitamente a importância das relações comerciais entre os países, mas estas não podem ser motivo de supressão de outras questões vitais, importantes e necessárias. Por isto, defendemos um integração regional que vá além da questão comercial. A integração que

defendemos e acreditamos não é uma mera troca de mercadorias livres de impostos, taxas e subsídios, que coloque os povos em desvairada competição, mas sim uma **integração social, cultural e política que una, de forma solidária e fraterna, os povos da América..**

Todos nós sabemos a infinidade de interesses em jogo nestas negociações, por isto manifestamos a necessidade de garantias e respeito às culturas nacionais e regionais.

Objetivando uma relação mais equânime entre os países que participam das negociações visando a criação de um bloco regional, pensamos ser essencial para uma verdadeira integração regional a criação de um parlamento continental, onde todos os países membros do futuro bloco tenham direito a voz e voto nas discussões pertinentes a ALCA.

Sabemos que nenhuma integração é possível se estiver baseada na exclusão. Por isto conclamamos o governo brasileiro a envidar esforços para que cesse o bloqueio econômico a Cuba, bem como lutar para que Cuba possa participar do processo de integração regional.

Apoiamos todos os esforços do governo brasileiro no sentido de articular-se com todos os países que tenham afinidades com as nossas propostas afim de fortalecer os povos latinoamericanos frente às propostas apresentadas pelos EUA.

Certos do empenho e do compromisso por parte dos negociadores brasileiros em garantir, em todo e qualquer processo de negociação, nossa capacidade de desenvolvimento sustentável geração de empregos de boa qualidade, investimentos e transferências de tecnologia, deixamos aqui algumas propostas e contribuições, às quais chamamos de **“Agenda para o Desenvolvimento”**.

### **1) Política industrial**

Visando a criação de empregos e desenvolvimento de tecnologias nacionais o Tratado da ALCA deve garantir aos Estados Nacionais o direito soberano de definir setores estratégicos, políticas de desenvolvimento e de planificação da produção em todos os setores.

### **2) Legislação Trabalhista e Sindical**

Defendemos a unificação gradual da legislação trabalhista e sindical no continente, sendo que as novas normas nunca poderão ser inferiores ao já estabelecido nos diversos países do bloco. Isto significa dizer que nenhuma nova norma trabalhista e/ou sindical poderá trazer prejuízo aos direitos adquiridos pelos trabalhadores de qualquer país, estendendo-se o mesmo direito aos demais trabalhadores dos demais países. Durante o período de transição as legislações locais devem ser respeitadas.

Como a maioria dos países que participam das negociações da ALCA são signatários das convenções da OIT, o Tratado da ALCA deve reforçar o direito de Liberdade de organização e autonomia sindical.

### **3) Defesa da Bio-diversidade.**

O Tratado da ALCA deve reforçar o direito natural dos Estados Nacionais de legislação, manutenção e fiscalização sobre os recursos de sua biodiversidade, através do incentivo a estudos e pesquisas, bem como

respeitando o desenvolvimento sustentável das regiões e sub-regiões conforme sua importância bio-ecológica, preservando ecossistemas e culturais locais.

O Tratado da ALCA deve combater a bio-pirataria não permitindo que sejam registrados pelos órgãos patentadores dos países membros marcas ou patentes de produtos naturais (ou que usem seus nomes) de outros países. Somente o Estado Nacional poderá patentear marcas e produtos com nomes dos recursos naturais encontrados em seu território.

#### **4) Investimentos em áreas deficitárias**

Para que a criação do bloco regional represente ganhos qualitativos para todos os povos se faz necessário que os países mais ricos do bloco contribuam com o desenvolvimento dos países economicamente mais fracos. Uma política regional de investimento em áreas deficitárias (infraestrutura, saneamento básico, educação, saúde, criação de empregos) deve ser adotada urgentemente.

#### **5) Política continental de distribuição de renda**

A estabilidade e prosperidade continental só serão atingíveis e paupáveis caso os países membros do acordo continental se disponham a investir pesadamente em um sistema de distribuição de renda que possibilite aos cidadãos de todos os países do bloco níveis de vida e desenvolvimento sustentável.

#### **6) Patentes para a vida**

A regras sobre patentes e marcas devem colocar o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico a serviço da vida e das pessoas. Portanto, o Estado Nacional deve preservar o direito de usar qualquer produto, marca ou processo tecnológico que vise a manutenção e a melhora da vida de seus cidadãos, sem ter que, para isto, pagar royalties, know-how ou coisas que o valham.

A ALCA deve estimular a criação científica focada na preservação da vida, da espécie humana e de nosso planeta.

#### **7) Política de Investimentos em Infraestrutura**

Cada país deve preservar no âmbito da ALCA sua capacidade de investimento em infraestrutura, o que não inviabiliza a cooperação regional, podendo os países mais ricos contribuir com o desenvolvimento dos demais.

Consideramos que os setores de Telecomunicações e Transportes merecem especial atenção por serem estratégicos para o desenvolvimento dos povos. Os governos nacionais devem estimular e viabilizar a criação de redes nacionais de telecomunicações e de transporte ferroviário, facilitando o acesso de todos os cidadãos aos mesmos, bem como no âmbito regional deve ser estabelecidas políticas de investimento nestes setores que permitam unificar as redes locais e nacionais em um grande sistema continental de telecomunicação e transporte ferroviário.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized initial 'A' followed by the name 'Lima' in a cursive script.

Adi do Santos Lima  
Presidente da FEM-CUT/SP